

Introdução

Júlio Pedrosa<sup>1</sup>

O objecto deste livro é dar conta da trajetória feita, no âmbito do Conselho Nacional de Educação, sobre a temática da educação das crianças dos 0 aos 12 anos. Antes, porém, valerá a pena dar uma explicação sobre as razões que nos levaram a eleger esta etapa educativa para sobre ela suscitar o estudo e o aprofundamento da reflexão entre os diferentes parceiros educativos.

No decurso do Debate Nacional sobre Educação, que teve lugar em 2006, uma das preocupações que surgiu com maior frequência centrou-se no interesse por uma política coerente de apoio à infância, capaz de preparar as crianças para uma escolaridade bem sucedida. Entre outros aspectos, referia-se o insuficiente apoio às famílias com crianças dos 0 aos 3 anos de idade, a desarticulação entre as orientações para acolhimento e as de carácter educativo, a lenta cobertura da educação de infância entre os 3 e os 5 anos, as dificuldades que surgiam nas transições entre a educação pré-escolar e o 1.º ciclo do ensino básico e deste para o 2.º ciclo. No sentido de sistematizar estas questões e ainda no âmbito do DNE, o Conselho organizou uma Conferência Internacional para analisar a situação portuguesa em relação à realidade de outros países europeus (Espanha, Finlândia e Irlanda), a que se seguiu uma reunião com especialistas nacionais para sistematizar linhas de acção.

Em consequência, a primeira das intervenções prioritárias sugeridas no Relatório Final do DNE para melhorar a educação nos próximos anos foi a de “conceder especial atenção à educação das crianças (do nascimento aos 11 anos) dentro de uma política social global e não apenas escolar”.

Importava, contudo, dar continuidade ao trabalho de reflexão iniciado. Nesse sentido, solicitámos à Prof.<sup>a</sup> Isabel Alarcão que coordenasse a realização de um Estudo que permitisse caracterizar a situação portuguesa sobre a temática em análise e a comparasse com a situação noutros países, perspectivando novos rumos para a intervenção.

---

<sup>1</sup> Presidente do Conselho Nacional de Educação

O relatório que nos foi apresentado, e cuja publicação integral se inclui neste livro, organiza-se em duas partes, sendo a Parte I dedicada à caracterização da situação e a Parte II à apresentação de linhas estratégicas para repensar a educação dos 0 aos 12 anos, numa abordagem de carácter prospectivo. Um conjunto de considerações finais e de recomendações finalizam o relatório do Estudo.

No essencial, o Estudo realçou os progressos realizados em Portugal nos últimos trinta anos nos cuidados à infância e na educação das crianças, designadamente, as medidas de protecção à maternidade, o alargamento dos serviços destinados às crianças dos 0 aos 3 anos de idade, a expansão da rede de educação pré-escolar, o desenvolvimento dos serviços de apoio extra-escolar, a formação dos agentes educativos, a escolarização obrigatória até aos 15 anos, as actividades de enriquecimento curricular e a escola a tempo inteiro.

Mas o Estudo revelou também a existência de fortes desarticulações entre as políticas que influenciam a vida das crianças, nomeadamente no que se refere ao processo educativo formal, onde às intenções democratizadoras da legislação e dos documentos curriculares não correspondem medidas de apoio pedagógico às dificuldades de aprendizagem de muitas crianças com pertenças sociais e culturais diversificadas, o que se traduz em elevadas taxas de insucesso escolar (4,8% no 4.º ano escolaridade e 11,4% no 6.º ano) e compromete a concretização de um ensino básico de qualidade, bem sucedido por todos.

Também a comparação internacional mostrou que, nos países analisados, o ensino primário se prolonga por 5/6 anos de escolaridade, correspondendo ao nível 1 da CITE, a que se segue o ensino secundário inferior, classificado de nível 2. No caso de Portugal, que adoptou uma estrutura única de ensino básico dividida em três ciclos, os 1.º e 2.º ciclos são classificados no nível 1, e apenas o 3.º ciclo é classificado no nível 2 da CITE. Considerando igualmente a organização curricular prevista na LBSE para estes primeiros dois ciclos de ensino básico – evoluindo de actividades globalizantes para áreas disciplinares a desenvolver

predominantemente em regime de professor por área – o problema parece não estar ligado à estrutura do ensino básico que temos, mas surge com o desfasamento entre os discursos e as práticas, com os deficientes planos de sequencialização curricular e de organização escolar que são oferecidos nos primeiros seis anos de escolaridade.

Daí que o Estudo proponha a “reestruturação da organização escolar dos 6 aos 12 anos, com aproximação do actual 2.º ciclo ao 1.º ciclo do ensino básico e estabelecimento de uma unidade de escolarização sequencialmente articulada no plano normativo, organizacional, curricular e pedagógico”. Na opinião dos autores, um ciclo inicial de seis anos, com possibilidade de subdivisão em períodos de 4+2 ou 3+3 ou, ainda, 2+2+2 “visaria neutralizar as transições bruscas identificadas a nível da relação da criança-aluno com: a) o espaço-escola; b) as áreas e os tempos de organização do trabalho curricular; c) a afiliação aos professores; d) o seu papel de aluno; e) o desenvolvimento gradual das competências esperadas”.

Nas suas recomendações finais, Isabel Alarcão defende um maior investimento na educação de infância, com uma intencionalidade educativa mais explícita nos apoios destinados às crianças dos 0 aos 3 anos de idade, um reforço da continuidade nas transições entre fases educativas, uma melhor oferta de ocupação dos tempos livres, uma articulação entre serviços sociais e serviços educativos, uma maior articulação com as famílias e outras entidades educativas, intervenções estas capazes de dar *coerência educativa global* ao atendimento das crianças até aos 12 anos.

A divulgação pública do Estudo teve lugar num seminário, cujas actas constituem a segunda parte deste livro. Para além da discussão de ideias que possibilitou, o seminário visou também conhecer as mais recentes tendências e perspectivas existentes na comunidade internacional sobre a estrutura e organização da intervenção educativa neste período da vida das crianças, tendo contado com a participação de académicos de Espanha e França, da OCDE/CERI e de Portugal.

Na sequência de todo este trabalho de análise e reflexão, o CNE decidiu dever emitir um Parecer sobre a educação das crianças dos 0 aos 12 anos, da sua própria iniciativa, tendo sido relatora a conselheira Ana Maria Bettencourt. O Parecer integra igualmente o presente volume.

O Parecer emitido considera que “a problemática da educação dos 0 aos 12 anos deverá ser encarada sob o duplo ângulo da melhoria da sua qualidade e da garantia da equidade do sistema”. Aplicados estes princípios à actual estrutura e organização do ensino básico, detectam-se factores que afectam o processo de aprendizagem de muitos alunos: falta de continuidade curricular entre os ciclos; problemas de aprendizagem que se vão acumulando no 1.º ciclo, sem que a escola organize medidas de apoio pedagógico diferenciado, recorrendo à repetência como única resposta às dificuldades dos alunos; excessiva fragmentação dos tempos curriculares com horários inadequados aos ritmos de aprendizagem de muitas crianças; excessivo número de turmas atribuídas a grande parte dos professores do 2.º ciclo, tornando muito difícil a responsabilização destes pelo acompanhamento dos alunos.

No sentido de inverter a situação, o Parecer recomenda claramente uma reconfiguração da educação dos 6 aos 12 anos no contexto do ensino básico de nove anos, centrada na organização curricular deste 1.º nível de ensino, de modo a introduzir coerência entre princípios orientadores, planos curriculares e conteúdos programáticos.

São, pois, estes os resultados de um processo longo, mas sistemático, de análise de uma problemática de política educativa, relativamente à qual urge tomar decisões. É também este o contributo possível do Conselho Nacional de Educação para a sua resolução.

Uma última nota para, na minha qualidade de Presidente do Conselho Nacional de Educação, dizer que considero que seria benéfico para a educação das nossas crianças a progressiva integração do actual 2.º ciclo do ensino básico no espírito e cultura curriculares do 1.º ciclo, criando-se desta forma uma educação primária, primeira, de seis anos.